



Grupo Herval

HS FINANCEIRA S/A
Crédito, Financiamento e
Investimentos

Demonstrações financeiras de
31 de dezembro de 2025





Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Relatório da administração	6
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos
Dois Irmãos - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Apresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



**Shape the future
with confidence**

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'H. F. Maduro'.

Henrique Furtado Maduro
Contador CRC SP-291892/O



Grupo Herval



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO HS FINANCEIRA S.A. – CFI 2º SEMESTRE 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Senhores Acionistas e Administradores: Submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos é uma Instituição, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil desde 2005 e está ligada ao Grupo Herval, tradicional Grupo Empresarial Gaúcho, composto de um complexo de atividades industriais e serviço com 66 anos de atividades empresariais. Assim, a HS Financeira S/A tem sua atuação voltada para soluções de crédito ligado ao consumo e apoio a gestão financeira de pessoas e empresas participantes do ecossistema Herval. Nesse sentido, seus principais produtos são: a) Crédito Direto ao Consumidor - CDC, no formato de crediário flexível; b) Empréstimo Pessoal - CP, nas modalidades clean, consignação e INSS; c) Cartão de Crédito; e, d) Antecipação de Recebíveis. De outro lado, através da emissão de Letras de Câmbio, possibilita ótimas alternativas de investimentos com rentabilidade e segurança na Instituição. A HS mantém esforços contínuos na consolidação e aprimoramento das suas estruturas de administração, adequando permanentemente suas ações às políticas eleitas como prioritárias para o desenvolvimento do negócio. A estrutura de gerenciamento possibilita que os riscos sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente e o processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas, que estabelecem diretrizes e condutas a serem observadas e aplicadas a cada operação, dada a sua natureza.

Em face das circunstâncias mercadológicas, haja vista o comportamento da economia brasileira, e das variáveis de rendas, emprego e endividamento a HS ajustou, em níveis compatíveis de risco, a sua oferta de crédito. Para tanto, novas modelagens foram implementadas, tecnologias adicionadas, produtos redesenhados, metodologia de cobrança atualizada e nova governança estabelecida, o que possibilita novas práticas e a preparação para saltos de qualidade, em produtos e serviços, nos próximos exercícios. Portanto, todo este esforço refletirá em melhor eficiência operacional e, por consequência, melhores resultados futuros, além de maior transparência organizacional e maior robustez competitiva.

A HS Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução dos negócios e, como sempre, disponível para esclarecimentos adicionais, que se fizerem necessários.

Dois Irmãos, 24 de abril de 2026.

ADMINISTRAÇÃO

José Agnelo Seger, presidente

Edeni Malta da Silva, diretor

Andrei Luís Seger, diretor

Carlito Kirschner, diretor

Darci Seger, diretor



Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	4	7.805
Aplicações interfinanceiros de liquidez	4	17.710
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		252.096
Operações de crédito	5.1 e 5.2	296.402
Provisão por perda associada ao risco de crédito	5.5 e 5.6	(44.306)
Impostos e contribuições a compensar	6	1.764
Outros ativos		1.604
Devedores diversos		771
Despesas antecipadas		833
Devedores por depósito em garantia	10.1	636
Ativo fiscal diferido	20.2	23.696
Imobilizado		75
Intangível		3.855
Total do ativo		309.241

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/12/2025
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		220.352
Depósitos de clientes a prazo	7	49.272
Recursos de aceites e emissão de títulos	8	171.080
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	8.1	82
Fiscais e previdenciárias	23	505
Outras obrigações	9	40.617
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	10	713
Total do passivo		262.269
Patrimônio líquido	12	
Capital Social	12.1	67.000
Reserva Legal		425
Prejuízos Acumulados	24	(20.453)
Total do patrimônio líquido	12	46.972
Total do passivo e patrimônio líquido		309.241

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval



Demonstração do Resultado

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Notas	2º Sem.2025	31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		30.713	61.249
Operações de crédito	13	29.043	58.399
Rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez		1.670	2.850
Despesas da intermediação financeira		(44.431)	(91.168)
Despesas de captação no mercado	14	(17.475)	(32.354)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(26.956)	(58.814)
Resultado bruto da intermediação financeira		(13.718)	(29.919)
Outras receitas/despesas operacionais		67	(241)
Rendas de prestação de serviços	16	8.564	17.003
Despesas de pessoal	17	(2.100)	(4.212)
Outras despesas administrativas	18	(9.750)	(20.475)
Despesas tributárias	22	(1.621)	(3.348)
Despesas depreciação/amortização		(393)	(661)
Outras receitas/despesas operacionais	19	5.368	11.451
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(13.651)	(30.160)
Imposto de renda e contribuição social	20	6.086	8.771
Imposto de renda e contribuição social diferido		6.086	8.771
Prejuízo líquido do semestre/exercícios		(7.565)	(21.389)
Quantidade de ações		67.000	67.000
Prejuízo líquido por ação (em R\$)		(0,11)	(0,32)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval



Demonstração dos resultados abrangentes

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>2º Sem.2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Resultado líquido do semestre/exercício	(7.565)	(21.389)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total resultado abrangente, líquido de impostos	<u>(7.565)</u>	<u>(21.389)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	67.000	425	(2.069)	65.356
Ajustes na adoção inicial da Resolução 4966/2021			3.005	3.005
Saldos em 01 de janeiro de 2025	67.000	425	936	68.361
Prejuízo líquido do exercício			(21.389)	(21.389)
Saldos em 30 de junho de 2025	67.000	425	(20.453)	46.972
Mutações do exercício	-	-	(21.389)	(21.389)
Saldos em 30 de junho de 2025	67.000	425	(12.888)	54.537
Prejuízo líquido do semestre	-	-	(7.565)	(7.565)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	67.000	425	(20.453)	46.972
Mutações do semestre	-	-	(7.565)	(7.565)



Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	2º Sem.2025	31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Resultado antes do LAIR	(7.565)	(21.389)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.086)	(8.771)
Prejuízo líquido do semestre	(13.651)	(30.160)
Depreciação e amortização	393	661
Despesas para crédito de liquidação duvidosa	26.956	58.814
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	128	435
Resultado ajustado	13.826	29.750
Variações nos ativos e passivos	(7.282)	(13.805)
Operações de créditos	(36.376)	(68.805)
Despesas antecipadas	(169)	43
Outros créditos	23.549	33.580
Recursos e aceites cambiais	7.447	11.872
Outras obrigações	(2.360)	9.668
Imposto de renda e contribuição social pagos	627	(163)
Caixa proveniente das atividades operacionais	6.545	15.945
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(597)	(1.190)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(597)	(1.190)
Variação caixa e equivalentes de caixa	5.948	14.755
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período	19.567	10.760
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período	25.515	25.515
Variação caixa e equivalentes de caixa	5.948	14.755

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), com sede em Dois Irmãos/RS tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das leis nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2017, lei nº 4.595/34 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e pela lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância com os normativos do BACEN e do Conselho Monetário Nacional (NMC), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 00(R2), CPC 01(R1), CPC 02(R2), CPC 03(R2), CPC 04(R1), CPC 05(R1), CPC 06(R2), CPC 10(R1), CPC 23, CPC 24, CPC 25, CPC 27, CPC 33(R1), CPC 41, CPC 46 aprovados pelo BACEN.

A partir de 01 de janeiro de 2020, as alterações introduzidas pela Resolução BCB 02, que estabelece os critérios gerais para elaboração e divulgação, foram incluídas nas demonstrações financeiras da HS Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos,. Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Instituição passou a observar as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21, que trata dos critérios de classificação, registro, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. No âmbito dessa norma, foram editados atos complementares. A Resolução BCB nº 352/23 estabeleceu parâmetros mínimos de provisionamento e detalhou aspectos relacionados à taxa efetiva de juros, ao teste de "Somente Pagamento Principal e Juros" (SPPJ), bem como à divulgação de instrumentos financeiros. Posteriormente, a Resolução BCB nº 397/24 promoveu ajustes à Resolução BCB nº 325/23, revisando determinados conceitos e critérios contábeis aplicáveis. Os critérios contábeis oriundos por esta Resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos lucros e prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários.

Por fim, a Instituição optou por não apresentar informações comparativas nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2025, em conformidade com o artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, que dispensa essa obrigatoriedade às instituições financeiras no primeiro exercício de adoção da norma. Art. 79, Resolução CMN nº 4.966/2021: "Fica dispensada a apresentação comparativa nas demonstrações financeiras de 2025 relativamente aos períodos anteriores."

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Resumo das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários disponíveis e ainda por investimentos com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias, contados da data de aquisição e que apresentem alta liquidez e insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

3.3 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade ou pessoa física.

i) Reconhecimento inicial

Um ativo ou passivo financeiro, exceto "Operações de Crédito" e "Depósitos à vista e a prazo", é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição se torna parte das disposições contratuais do instrumento, o que geralmente ocorre na data da negociação.

3.3.1 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representadas por depósitos interfinanceiros, registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.3.2 Classificação dos ativos financeiros

3.3.2.1 Custo amortizado

Ativos financeiros que atendam de cumulativamente às seguintes condições: I – O modelo de negócios tem o objetivo de manter os ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais e II – Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente no pagamento de principal de juros sobre o valor principal, em datas específicas.

3.3.2.2 Valor justo em outros resultados abrangentes

Ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: I – O ativo financeiro é gerido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios e II – Os fluxos de caixa contratualmente previstos constituem-se somente no pagamento de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

3.3.2.3 Valor justo em outros resultados

Os demais ativos financeiros que não se enquadram como Custo Amortizado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito da HS Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos, são compostas por Empréstimos Pessoais (Não Consignados e Consignados), Financiamentos, Recebíveis de Varejo, Antecipação de Saque Aniversário do FGTS e Capital de Giro.

Os saldos das operações são reconhecidos mensalmente a custo amortizado com a inclusão dos custos e receitas de transação diferidos.

Para apuração da provisão a instituição segue rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução CMN 4.966 e Resolução BCB 352. A base de cálculo para aprovação da provisão é constituída pelo saldo do contrato, acrescido dos rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais mais custos e receitas de transação diferidos.

Os saldos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito são alcançados através da soma dos pisos mínimos estabelecidos nos anexos da Resolução BCB 352, mais provisões adicionais para Ativos classificados como Problemáticos mais Provisões para Perda Esperada.

O modelo de apuração da Perda Esperada adotado pela HS Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos, segue os parâmetros da regulação vigente para instituições do Seguimento 4 e busca identificar o risco de cada operação de crédito com base no perfil do tomador, histórico de operações com a instituição, produto e ambiente macroeconômico.

A Perda Esperada é adotada para ativos adimplidos e inadimplidos ampliando os pisos mínimos estabelecidos pela regulação quando necessário. Para operações onde a Perda Esperada é inferior ao piso mínimo adota-se o piso como nível de provisão a ser reconhecido.

Renegociação e Reestruturação:

Para a reestruturação dos fluxos de pagamento de ativos em carteira a instituição faz uso de dois instrumentos:

- I - Refinanciamentos: acordo que implique na substituição do instrumento financeiro originalmente contrato por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. Este instrumento é ofertado a clientes adimplentes para renovação de suas operações com ou sem ampliação do valor em exposição.
- II - Reestruturações: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Este instrumento é utilizado para recuperação de créditos em atraso, os contratos providos deste instrumento são classificados como Ativos Problemáticos.

Ativos Problemáticos: para a definição de ativos problemáticos a instituição adotou o conceito previsto na Resolução CMN 4.966, sendo:

- I - Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou
- II - Indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.
- III - Falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial ou atos similares pedidos em relação à



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contraparte;

IV - Medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas;

V - Diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação, devido à redução da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas;

VI - Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte; ou

VII - Negociação de instrumentos financeiros de emissão da contraparte com desconto significativo que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito.

Stop Accrual: Seguindo as diretrizes das Resoluções CMN 4.966 e Resolução BCB 352 a instituição interrompe o processo de reconhecimento de receitas dos ativos com problema de recuperação de crédito assim que tal classificação é alcançada.

Para os ativos classificados como problemáticos o reconhecimento de receitas no período ocorre apenas mediante o efetivo recebimento.

Os ativos financeiros que estejam classificados como problemáticos quanto reestruturados são mantidos nesta classificação até que as condições de cura estabelecidas pela instituição através de estudos internos sejam totalmente alcançadas.

Write-Off (Baixa para prejuízo): A instituição pode classificar como perda e adotar a baixa para prejuízo (write-off) dos direitos creditórios, seguindo um ou mais dos seguintes critérios:

- Constatação de falha na originação, de qualquer natureza, inclusive fraude, que impeça o recebimento;
- Evidência de impossibilidade ou perspectiva remota de recebimento;
- Evidência do esgotamento nas possibilidades de recuperação de forma satisfatória e estejam integralmente provisionados; ou
- Créditos vencidos e inadimplidos há mais de 9 meses após entrar na condição de inadimplente.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativo e Passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 quando semestral), e a provisão para a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3.6 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os valores apresentados referem-se à provisão de 25% de imposto de renda e 15% de contribuição social para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

3.7 Imobilizado

Estão registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens, como segue: Instalações, Móveis e Equipamentos e Sistema de Comunicação – 10%; Equipamentos de Informática – 20%.

A Administração da Instituição entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

3.7.1 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, estão registrados os valores relativos a Softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil – 20%.

3.7.2 Redução ao valor recuperável de ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros "*impairment*" é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

A HS Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos examinou os ativos e, não havendo nenhum indício de avaliação acima do recuperável, não foi necessário proceder com o estudo formal de *impairment* em 31 de dezembro de 2025.

3.8 Tributação

Calculados sob alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Impostos	Base incidência	Alíquotas
Imposto de Renda e Adicional – IRPJ	Lucro Real	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	Lucro Real	15%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	Receita	4%
PIS/PASEP	Receita	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Prestação de serviços	5%

3.9 Passivos circulantes e não circulantes

Os depósitos e recursos de aceites cambiais são demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pró rata dia.

As férias e 13º salário vencidos e proporcionais estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10 Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e ativos contingentes

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento, de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os valores das provisões são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas são classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgado nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

3.11 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras determina que a administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não financeiros, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de certos ativos e passivos financeiros (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo permanente (iii) provisões de operação de crédito e provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (iv) estimativas dos créditos tributários ativados. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação é apresentado nas demonstrações financeiras com o objetivo de demonstrar o valor que o lucro/prejuízo líquido representa em relação ao capital por eles investidos. O cálculo do valor é feito através da divisão do resultado líquido do período pela quantidade média de ações no final do período/exercício.

3.13 Resultados não recorrentes

A HS Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos, entende que toda transação que gere receitas oriundas de suas atividades operacionais e que são recorrentes no dia a dia, bem como as despesas essenciais para o funcionamento da organização são resultados recorrentes. Resultado não recorrente, ao ver da administração, são aqueles atípicos, que não fazem parte da operação ou que não são comuns nas atividades organizacionais.

São considerados resultados não recorrentes:

- Receitas e despesas não operacionais, que abrangem vendas/perdas dos bens do imobilizado ou intangível
- Venda/Compra de ações em bolsas de valores
- Transações cambiais.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos últimos exercícios não houve incidência de nenhum resultado não recorrente na empresa.

3.14 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os valores apresentados referem-se à provisão de 25% de imposto de renda e 15% de contribuição social para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

3.15 Apuração dos resultados

As receitas e as despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são apresentadas pelo valor presente e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025
Disponibilidades	7.805
Depósito Interbancário - vencimento até 30 dias	17.710
Total	25.515

Em 31 de dezembro de 2025, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5 Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas aos risco de crédito

A composição da carteira de operações de crédito por nível de risco e tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir:

5.1 Composição das operações de crédito por modalidade

	31/12/2025
Operações de Crédito	
Empréstimos	75.062
Antecipação de recebíveis	547
Financiamentos	70.498
Outros	150.295
TOTAL	296.402
Circulante	238.008
Não Circulante	58.394



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2 Concentração dos maiores tomadores de crédito

	31/12/2025	%
<i>Concentração das operações de crédito</i>		
10 maiores devedores	3.161	1,07
50 seguintes maiores devedores	2.380	0,80
100 seguintes maiores devedores	2.611	0,88
Demais devedores	288.250	97,25
Total	296.402	100

5.3 Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento

Vencimento	Empréstimos	Títulos descontados	Financiamentos	Cartão	31/12/2025
Carteira de crédito					
Vencidos	50.666	-	8.103	-	58.769
A vencer					
Até 3 meses	8.377	547	16.270	47.098	72.292
De 3 a 12 meses	9.996	-	30.266	66.685	106.947
De 1 a 3 anos	4.984	-	15.852	36.512	57.348
Após 3 anos	1.039	-	7	-	1.046
Total da carteira	75.062	547	70.498	150.295	296.402
Circulante	69.039	547	54.639	113.783	238.008
Não – Circulante	6.023	-	15.859	36.512	58.394

5.4 Composição da carteira de operações de crédito, conforme estabelecidos na Resolução nº 4.966 do CMN e respectiva Provisões para perdas esperadas, incorridas e provisão adicional associadas ao risco de crédito

A Resolução 4966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), publicada em 25 de novembro de 2021, estabelece novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros em instituições financeiras, alinhando-se com a norma internacional IFRS 9. Essa resolução altera significativamente a forma como as instituições mensuram e contabilizam seus ativos e passivos financeiros, incluindo a provisão para perdas esperadas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rótulos de Linha	Valor carteira	Perda Esperada	Perda Incorrida	Prov Adicional
De 15 a 30 dias	5.321	399	-	-
De 31 a 60 dias	4.841	726	-	-
De 61 a 90 dias	4.054	1.540	-	-
De 0 a 14 DIAS (Consignado)	9.599	48	-	-
De 0 a 14 DIAS (Não Consignado)	215.362	4.091	-	-
Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	6.155	-	3.286	209
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	5.873	-	3.335	200
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	5.490	-	3.305	187
Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	4.954	-	3.150	168
Igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	5.947	-	3.985	202
Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	5.321	-	3.746	181
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	6.409	-	4.730	218
Igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	4.968	-	3.835	169
Igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	430	-	347	15
Menor que um 1 mês	6.722	-	3.360	228
Prob Ad. (menor 90 porém marcado c/prob ART. 78)	4.956	-	-	2.646
Total Geral	296.402	6.804	33.079	4.423
Total das perdas	44.306			

5.6 Movimentação das provisões para perdas associadas ao risco de crédito

	2º Sem.2025	31/12/2025
Saldo inicial	43.449	37.622
Ajuste da adoção inicial da Resolução 4.966	-	(3.005)
Perda com clientes	(26.099)	(49.125)
Constituição/rev Prov p/ perdas assoc ao risco de crédito	26.956	58.814
Saldo final	44.306	44.306

6 Impostos e contribuições a compensar

	31/12/2025
Tributo	
IRPJ a compensar	241
CSLL a compensar	63
Impostos Pagos a maior ou indevidamente	1.460
Total	1.764



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os saldo de passivos financeiros da instituição incluem, predominantemente, Certificados de Depósito Bancário (CDB) emitidos com rentabilidade pós-ficada, indecada à taxa CDI. No período em análise, as taxas pactuadas variam entre 105% e 117% do CDI, refletindo as condições de mercado e a estratégia de captação da financeira.

A distribuição dos vencimentos dos CDB's, ocorre entre o curto e longo prazo, conforme os prazos acordados. A gestão desses passivos é realizada com foco na manutenção da liquidez, na otimização do custo de captação e na aderência às políticas de risco e compliance da instituição.

Abaixo, a composição da carteira por vencimento.

	31/12/2025
Depósitos a prazo	
A vencer até 3 meses	8.635
A vencer de 3 a 12 meses	34.739
A vencer de 01 a 03 anos	5.898
Total	<u>49.272</u>
Circulante	43.374
Não Circulante	5.898

8 Recursos de aceites cambiais

Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 100% a 126% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	31/12/2025
A vencer até 3 meses	4.070
A vencer de 3 a 12 meses	90.236
A vencer de 01 a 03 anos	76.774
Total	<u>171.080</u>
Circulante	94.306
Não circulante	76.774

8.1 Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

	31/12/2025
IOF s/Oper. De Crédito PJ	1
IOF s/Oper. De Crédito PF	81
Total	<u>82</u>



Grupo Herval



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Outras obrigações diversas

Diversas	31/12/2025
Sociedades ligadas	6.124
Fornecedores diversos	257
Credores diversos – país (a)	30.873
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	456
Credores diversos – país LP	2.907
Total	40.617

Circulante	37.710
Não circulante	2.907

(a) Referem-se a valores a repassar para correspondentes externos.

(b) Os valores de provisão para pagamentos a efetuar se referem a salários, rescisões, provisões de férias, décimo terceiro gratificações e seus respectivos encargos de INSS e FGTS.

10 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Instituição, no curso normal de suas operações, é parte em ações judiciais e processos administrativos sobre questões trabalhistas e cíveis. Com base nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações, conforme demonstrado abaixo.

Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

Natureza	31/12/2025
Trabalhista	16
Cíveis	697
Total	713

A movimentação da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhista está demonstra conforme quadro a seguir:

	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo inicial	-	278	278
(+) Constituição de provisão / atualizações monetárias	16	419	435
(-) Reversão de provisão / pagamentos	-	-	-
Saldo final	16	697	713

Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível:



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza	31/12/2025
Cíveis	3.288
Total	<u>3.288</u>

10.1 Devedores para depósito garantia

	31/12/2025
Saldo inicial	636
() Receita Diferida – TJEO Diferenciada	(113)
Custos de Trans Diferida – TJEO Diferenciada	33
Devedores p/Depósito em Garantia	717
Saldo final	636

11 Saldos e transações com partes relacionadas

	Ativos	Despesas líquidas
	31/12/2025	31/12/2025
Recursos de aceites e cambiais	158.975	(22.764)
HS Administradora de Consórcios	81.284	(10.840)
Herval Corretora de Seguros	3.609	(492)
Herval Nordeste Ind. Moveis, Colchoes e Espumas Ltda	30.459	(4.123)
Ligadas pessoas físicas	43.623	(7.309)
Devedores Diversos		
HS Administradora de Consórcios	3	-
Global Distribuidora de Bens Consumo	196	-
Credores Diversos		(7.747)
Herval Indústria de Móveis	8	(28)
Global Distribuidora de Bens Consumo	6.116	(7.719)

11.1 Remuneração dos administradores

No semestre findo em 31 de dezembro de 2025, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

	31/12/2025
Remuneração	172
Encargos sociais	44
Total	216



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital da Instituição em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 67.000 (R\$ 67.000 em 31 de dezembro de 2024), composto por 67.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

12.2 Reservas de lucros

12.2.1 Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

12.2.2 Dividendos

Nos semestres findos em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 30 de junho de 2025, não foram destinados dividendos.

12.2.3 Juros sobre o capital próprio

Nos semestres findos em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 30 de junho de 2025, não foram destinados juros sobre o capital próprio.

13 Receita de operações de crédito

	2º Sem.2025	31/12/2025
Rendas empréstimos cartão de crédito	10.218	19.566
Rendas de empréstimos	3.198	7.351
Receita de recuperação de créditos baixados prejuízo	4.835	9.310
Rendas de títulos descontados	137	230
Rendas de financiamentos	10.655	21.942
Total	29.043	58.399

14 Operações de Captação no Mercado

	2º Sem.2025	31/12/2025
Despesas de depósitos a prazo CDB	(4.158)	(7.598)
Comissão sobre captação CDB	(18)	(285)
Despesas de aceites cambiais	(13.165)	(24.209)
Despesas contribuição FGC	(134)	(261)
Total	(17.475)	(32.353)



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Despesas de intermediação financeira

	2º Sem.2025	31/12/2025
Operações de captação no mercado	(17.475)	(32.354)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(26.956)	(58.814)
Total	(44.431)	(91.168)

16 Receita de prestação de serviços

Refere-se a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista, operações com cartão de crédito e tarifas de transferências financeiras conforme composição abaixo:

	2º Sem.2025	31/12/2025
Anuidades cartão de crédito	6.276	11.371
Receita intermediação de cartão	1.041	2.855
Receita de comissão intermediação cartão	1.249	2.408
Tarifa de transferência financeira	(32)	307
Ressarcimento de tarifa STR04	9	25
Receita de comissão seguros	8	17
Receita intermediação de cartão ON US	13	21
	8.564	17.004

17 Despesas de pessoal

	2º Sem.2025	31/12/2025
Despesa de pessoal - Proventos	(1.281)	(2.581)
Despesa de pessoal - Encargos	(476)	(940)
Despesa de honorários	(172)	(344)
Despesa de pessoal - Outros	(171)	(347)
Total	(2.100)	(4.212)



Grupo Herval



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Outras despesas administrativas

	2º Sem.2025	31/12/2025
Despesa de serviços de terceiros	(4.187)	(8.502)
Despesa de processamento de dados	(2.482)	(4.889)
Despesa de serviços técnicos especializados	(1.888)	(3.857)
Despesa de serviços do sistema financeiro	(622)	(1.916)
Outras despesas administrativas	(377)	(870)
Despesa de comunicações	(185)	(425)
Despesa de cobrança	(9)	(17)
Total	(9.750)	(20.476)

19 Receitas/Despesas Operacionais

	2º Sem.2025	12/2025
Outras Receitas Operacionais	8.592	17.767
Rendas por antecipação obrigações pagamento	8.027	16.921
Variação cambial	136	139
Reversão de Provisão Passiva	40	40
Outras Receitas	389	667
Outras Despesas Operacionais	(3.226)	(6.315)
Desconto renegociação de dívida	(2.811)	(5.099)
Variação cambial passiva	(10)	(32)
Outras despesas	(405)	(1.184)
Total	5.368	11.451



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Imposto de renda e contribuição social

20.1 Reconciliação Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrado abaixo:

	31/12/2025
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(30.133)
Alíquota fiscal combinada	40%
Base de cálculo	-
(Adições) exclusões	
Diferenças temporárias de provisões	72.838
Perdas Fiscais	(42.705)
IR e CS no resultado	<u>8.771</u>
Diferido	8.771

20.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O ativo fiscal diferido é decorrente de provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisões para contingências, demonstrados conforme abaixo:

Apuração	31/12/ 2025	1º Sem 2025
Provisão para perda espera associada ao risco de crédito	41.002	43.404
	713	585
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		
Provisão última Parc. CDC Taqi	23	37
Perdas Dedutíveis Acima Lucro Real	13.443	-
Base de cálculo	<u>55.180</u>	<u>44.026</u>
Alíquota fiscal IRPJ	13.795	11.006
Alíquota fiscal CSLL	9.901	6.604
Saldo ativo fiscal diferido	<u>23.696</u>	<u>17.610</u>

Base de cálculos IR e CS diferidos	IRPJ	CSLL
Provisão para perda espera associada ao risco de crédito	41.002	41.002
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	713	713
Provisão última Parc. CDC Taqi	23	23
Perdas Dedutíveis Acima Lucro Real	13.443	13.443
Base de cálculo	<u>55.180</u>	<u>55.180</u>
Alíquota nominal	25%	15%
Saldo ativo fiscal diferido	13.795	9.901



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Limite operacional (Acordo de Basileia)

Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 18,95%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do Banco Central do Brasil e demais normativos complementares. A Financeira possui o capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resolução nº 4.913/13.

22 Despesas Tributárias

	2º Sem 2025	12/2025
Despesas de ISSQN	(428)	(829)
Despesas de COFINS	(1.021)	(2.161)
Outros Impostos federais	(0)	(1)
Despesas de Pis/Pasep	(166)	(351)
Outros Impostos Federais	(6)	(6)
	<u>(1.621)</u>	<u>(3.348)</u>

23 Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2025
Impostos, contribuições e provisões sobre salários	210
Pis e COFINS	189
ISSQN	64
Outros Tributos	42
	<u>505</u>

24 Prejuízos acumulados

A HS Financeira possui um prejuízo acumulado de R\$(20.454) no segundo semestre de 2025.

25 Gerenciamento do risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da HS Financeira possibilita que estes sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente. A estrutura é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos. Abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

O processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas e o monitoramento é realizado através de relatórios e matrizes de controles operacionais apresentados a Diretoria e gestão com os planos de ação para tomadas de decisões estratégicas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco Operacional: Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 a estrutura de gerenciamento de risco operacional analisa as relações entre causa, evento e efeito para identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos operacionais, de forma a auxiliar a Instituição no atingimento de seus objetivos, no cumprimento dos limites estabelecidos, leis e regulamentos, bem como no tratamento de eventuais desvios.

Risco de mercado: O processo de gerenciamento do risco de mercado da Instituição prevê a execução de ações de mensuração, monitoramento, reporte e controle do risco. A mensuração do risco de mercado é realizada por meio da metodologia Value at Risk (VaR) e de testes de estresse para determinar a sensibilidade do capital da Instituição frente a movimentos extremos do mercado.

Risco de crédito: As ferramentas utilizadas no gerenciamento do risco de crédito permitem a análise da qualidade da carteira de crédito da Instituição por meio de indicadores que consideram fatores como: concentração da carteira; inadimplência da carteira; monitoramento da provisão; acompanhamento da carteira por faixas de atraso; monitoramento de operações aprovadas em caráter de exceção; dentre outros.

Risco de liquidez: A HS Financeira gerencia o risco de liquidez através da sua identificação, mensuração e monitoramento, em um horizonte de tempo mínimo de 90 dias, a fim de mitigar a exposição da Instituição e antecipar eventuais desenquadramentos aos limites definidos na RAS.

26 Eventos Subsequentes

Reforma Tributária:

A Companhia vem acompanhando as discussões sobre os impactos da Reforma dos tributos sobre o consumo atualmente em curso no Brasil, assim como sobre a sua regulamentação. Parcela relevante das discussões decorre da Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2024, bem como da Lei Complementar 227, de 13 de janeiro de 2026. A Administração continuará monitorando a evolução das normas complementares e avaliará os ajustes necessários nos processos e sistemas internos quando houver maior clareza sobre as definições que ainda estão pendentes.